

**ACTA**

Aos dezanove dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira e André Guimarães Coelho Lima. -----

Não compareceu o Vereador António Salgado Almeida, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- DELIBERAÇÃO -----**

Foi aceite, por unanimidade, votar antes da ordem do dia a seguinte proposta apresentada pelo **Vereador Domingos Bragança: VOTO DE PESAR** – “Por ocasião do falecimento de Maria de Jesus Magalhães, Mãe do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, os demais Membros do Executivo Municipal desejam expressar as suas mais sentidas condolências, através da aprovação deste Voto de Pesar, com o qual nos solidarizamos com a dor desta perda irreparável e homenageamos uma via de entrega e dedicação que granjeou admiração entre todos quantos tiveram o prazer de conhecer Maria de Jesus Magalhães”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

**1 – Vereador André Coelho Lima – a)** – Abordou a questão relacionada com a situação de eventual incompatibilidade de funções do Vereador José Augusto Araújo, enquanto Director da Escola Secundária das Caldas das Taipas e Vereador com competências delegadas na área dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guimarães. Sobre esta questão declarou que a existência ou não de tais incompatibilidades é algo do foro profissional do Vereador José Augusto Araújo com a sua entidade patronal, a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) ou o Ministério da Educação, até porque, sustentou, o Município de Guimarães, que é a entidade cujos interesses cabe nesta sede acautelar, é o beneficiário desta situação, por ter ao seu serviço como responsável pelos Recursos Humanos, alguém com vínculo laboral à DREN/Ministério da Educação. Assim, questionou o Presidente de Câmara sobre qual seria a posição oficial da Câmara Municipal nesta questão, enquanto órgão da Administração Pública, uma vez que vê em discussão a compatibilidade da prestação de funções a duas estruturas do mesmo ente público estatal, e por outro lado, questionou ainda se estará a Câmara Municipal preparada para a possibilidade de se ver na contingência de poder ficar sem responsável pelos Recursos Humanos, isto se vingar a tese que, pelo dados vindos a público, tem sido defendida pela DREN no que respeita à existência da referida incompatibilidade; **b)** - Informou a Câmara Municipal da recente publicação da Portaria nº 196/2010 do Ministério da Cultura, que aprova e institui o procedimento de inventariação do Património Cultural Imaterial existente em Portugal, recordando que *“tal como fomos pioneiros em alertar para a existência do catálogo do Património Cultural Imaterial aprovado pela UNESCO, de tal forma*



*que fomos nós, vimaranenses, através da Assembleia Municipal de Guimarães, a suscitar a ratificação da Convenção da UNESCO para que pudesse produzir efeitos em Portugal, vimos agora alertar para a publicação da Portaria nº 196/2010 (MC), que apenas entrará em vigor a 9/Maio, e que aprova e institui o procedimento de inventariação nacional do Património Cultural Imaterial, pelo que, temos mais uma vez oportunidade, até 9/Maio, de sermos os primeiros a apresentar um processo completo das Nicolinas, aproveitando o trabalho já efectuado em sede de Assembleia Municipal, no mandato anterior, apresentando logo no dia 9/Maio um dossiê de acordo com os formulários de pedido de inventariação e as normas de preenchimento das fichas de inventário, agora conhecidas pela publicação desta portaria."*

Aproveitou, ainda, o ensejo para esclarecer que a publicação desta portaria volta a trazer ínsita a resposta quanto à inexistência de uma necessidade de salvaguarda de um património para poder integrar este catálogo, uma vez que o próprio preâmbulo da portaria 196/2010 distingue claramente dois tipos de listas de Património Cultural Imaterial a ser elaboradas: a) Uma lista representativa de Património Cultural Imaterial; b) Uma lista de Património Cultural Imaterial que necessita de salvaguarda urgente, enquadrando-se as Festas Nicolinas claramente na primeira, como um património a reconhecer, por ser representativo da nossa comunidade, e não como um património que careça de salvaguarda urgente.

**3 – Vereadora Luísa Oliveira – a)** – Abordou a questão da sinistralidade rodoviária e da prevenção no âmbito de uma acção que o Governo Civil promove e que a Câmara Municipal aderiu, que se realizará na próxima quinta-feira, referindo que, no seu entender, a iniciativa não está a ser devidamente divulgada. Ainda a propósito da

segurança, alertou para alguns perigos da via intermunicipal, em concreto para a deficiente iluminação pública entre a rotunda de Brito e Pevidém; **b)** – Referindo-se à proclamação de 2012 como Ano Internacional das Cooperativas, defendeu a sua celebração em Guimarães. Sublinhou que o sector cooperativo tem sabido adaptar-se às novas exigências, demonstrando em todo o mundo que consegue responder a novas necessidades e desafios, pelo que saberá ocupar o seu lugar na oportunidade criada pela Capital Europeia da Cultura, para a criação e desenvolvimento da indústria criativa e, por essa via, como sempre tem feito, gerar emprego e fixar pessoas nos locais, lançando o repto à Câmara Municipal de Guimarães e à Fundação Cidade de Guimarães. **4 – Vereadora Francisca Abreu – a)** – Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que em Maio de 2009 já havia sido realizada uma reunião preparatória sobre esta matéria, ainda na fase de preparação, por parte do Governo, do normativo legal; **5 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Sobre a questão da sinistralidade rodoviária e da prevenção Sobre a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira esclareceu que estas questões são da responsabilidade do Governo Civil e não da Câmara Municipal; **b)** – Relativamente à eventual incompatibilidade de funções do Vereador José Augusto Araújo, Director da Escola Secundária das Caldas das Taipas e com competências delegadas na área dos Recursos Humanos da Câmara Municipal, disse que no que respeita à Câmara a situação é regular, passando a palavra ao Vereador José Augusto Araújo para esclarecimento da situação. **6 – Vereador José Augusto Araújo** – Sobre a situação de eventual incompatibilidade, leu o ofício que recebeu da DREN, datado de 9 de Abril passado, onde se refere que o exercício de mandato de eleito local sem carácter



de permanência não é incompatível com o desempenho cumulativo do cargo de director de escola. Indicou, ainda, o caso de outros eleitos locais de diversos pontos do País com responsabilidades directivas em estabelecimentos de ensino que igualmente pediram pareceres sobre a sua situação, obtendo a informação de que o exercício de funções sem carácter de permanência não é incompatível com o cargo. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da realização, no passado dia 15 de Abril, do Seminário “Incentivos ao Emprego e ao Empreendedorismo”; **2** – Da seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “Estando a decorrer o prazo de garantia da obra “Arranjo urbanístico do Largo do Carmo – 1.ª Fase”, verificou-se que nos troços da Rua Agostinho Barbosa e Serpa Pinto que faziam parte dessa mesma obra ocorreram alguns abatimentos quer na zona da calçada à fiada, quer na zona do lajeado de granito. Nos termos legais compete ao adjudicatário proceder às reparações das anomalias verificadas durante o referido prazo de garantia. Para o efeito, determinou-se que as referidas reparações ocorressem no período da interrupção lectiva das férias da Páscoa. Sendo necessários 15 dias para proceder às mesmas e em face das condições atmosféricas adversas que em função do tipo de trabalho a executar necessitam de ausência de precipitação, entendeu-se por bem adiar a referida intervenção para um período que reunisse todas as condições, quer meteorológicas, quer de menor impacto no trânsito e nas actividades que ocorrem nessas imediações. Será assim notificado o empreiteiro a proceder às referidas reparações entre os dias 16 e 31 de Agosto de 2010; **3** – Informou que devido ao elevado número de pedidos que estão a ser feitos para

ocupação gratuita das instalações do Centro Cultural Vila Flor, os mesmos deixarão de ser atendidos; **4** – De uma informação dos Serviços de Turismo relativa à afluência de visitantes na época da Páscoa; **5** – Do ofício da ARS – NORTE – Administração Regional de Saúde do Norte dando conhecimento do início de actividade da Unidade de Saúde Familiar S. Torcato, nas novas instalações, sitas na Avenida Fernando Torres Lima, no passado dia 29 de Março; **6** – Do e-mail enviado pelo Prof. José Remísio felicitando a Câmara Municipal pelo apoio que presta às Escola, depois de ter pedido a demissão de Subdirector do Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso no passado dia 4 de Março; **7** – De uma informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente dando conhecimento que, no âmbito da 6.ª Edição da UrbaVerde – Feira do Mercado das Cidades, no passado dia 25 de Março, foi atribuído o 3.º Prémio Nacional de Arquitectura Paisagística à Câmara Municipal de Guimarães, na categoria de Espaços Públicos e Exteriores de Equipamento, tendo sido distinguida a Requalificação do Largo do Carmo, num projecto multidisciplinar coordenado pelo Arquitecto Miguel Frazão; **8** – Do e-mail do Governo Civil de Braga remetendo ficheiro do Boletim Estatístico de Emprego/Desemprego do Distrito de Braga referente a Fevereiro/2010. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**1** - Dos ofícios da Assembleia Municipal números 35 a 42, datados de 23 de Março de 2010, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 22 de Março, das seguintes propostas: **a)** – “Reestruturação dos Serviços do Município de Guimarães”; **b)** – “Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero – Adesão do Município e aprovação dos Estatutos”; **c)** – “Associação



“Centro Ciência Viva de Guimarães – constituição da Associação e aprovação dos Estatutos”; **d)** – “Alteração do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal – Horário de Funcionamento”; **e)** – “Revisão do Regulamento de Apoio à Actividade Editorial”; **f)** – “Revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Investigação”; **g)** – “Revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança”; **h)** – “Regulamento da Liga Mini de Guimarães”; **2** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação: “Transferência de verbas para encargos com pessoal em refeitórios e prolongamento de horário – ano civil de 2010 – Como é do conhecimento superior foi dado conhecimento, em reunião de Câmara de 3 de Dezembro de 2009, a transferência de verbas a diversas entidades (Centros Sociais, Freguesias e Associação de Pais) para a colocação de pessoal em refeitórios e prolongamento de horário, a vigorar no ano civil de 2010. Neste sentido, a Autarquia tem vindo a atribuir ao Agrupamento de Escolas de Pevidém uma verba mensal no valor de €1 346,01 para a colocação de pessoal nas actividades de apoio à família no Jardim-de-infância de Candoso S. Martinho. Dado que não foi autorizado pelo Ministério da Educação o funcionamento do referido Jardim-de-infância no ano lectivo em curso, propõe-se a suspensão das averbas ao Agrupamento de Escolas de Pevidém. Assim, deverá ser dado conhecimento do assunto em reunião de Câmara”; **3** – Do ofício de “Santos Carvalho & Associados, SROC, SA” remetendo, nos termos dos artigos 34 e 28.º, alínea e) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, informação financeira semestral relativa à **CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EEM**; **4** – Do ofício da Cooperativa **Turipenha** remetendo, para conhecimento, o Relatório de Actividades e Contas da Gerência do

Exercício de 2009, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta. **5** – Do ofício da Cooperativa **Tempo Livre** remetendo, para conhecimento, o Relatório de Actividades e Contas da Gerência do Exercício de 2009, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta. **6** – Do ofício da **VIMÁGUA, EIM, SA** remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2009, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta. **7** – Do ofício da **VIMÁGUA, EIM, SA** remetendo, para conhecimento, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta. **8** - Da seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "**Informação sobre Segurança Rodoviária** – Na sequência da reunião do Conselho Coordenador de Segurança Rodoviária Distrital, no passado dia 25 de Março, e no âmbito do Relatório Anual 2009 da Sinistralidade Rodoviária, informa-se que Guimarães deixou de constar na listagem dos pontos negros mais críticos ao nível nacional, em termos de estatísticos de sinistralidade. Já em relação a Janeiro e Fevereiro de 2010, da análise dos dados, o Distrito de Braga apresentou mais 9 mortes comparado com 2009 em homologo período, sendo 60% por atropelamento num total de 11 mortes. Três destes acidentes foram em Guimarães, dois dos quais por atropelamento, representando um aumento significativo de acidentes por atropelamento quando comparado com 2009. No geral, no distrito de Braga verificou-se que o número de acidentes teve uma redução de 4,7%. Relativamente aos feridos graves registou-se uma redução de 41,1% e o mesmo se passou com os feridos leves que teve menos 11,6%. No Concelho de Guimarães verificou-se um decréscimo de 57% de feridos graves, embora haja um aumento do n.º de acidentes em 7,5%. Na intenção de





continuar a sensibilizar condutores e peões, mais se informa que se realizará no dia 21 de Abril de 2010, uma acção de sensibilização sobre Segurança Rodoviária, a levar a cabo pelo Governo Civil de Braga, a Câmara Municipal de Guimarães e respectivas forças de segurança, com a presença do Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil, Dr. Vasco Franco”; **9** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 24 de Março de 2010, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Município de Guimarães é proprietário do prédio urbano designado por “Mercado Municipal”, situado no gaveto da Av. Conde de Margaride e Rua Paio Galvão, da freguesia de S. Paio, desta cidade, com a área total de 7.440,00 m<sup>2</sup>, não descrito na competente Conservatória do Registo Predial de Guimarães mas inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 1029, com o valor patrimonial tributário de €1.109.910,00. Por Decreto de 25 de Abril de 1842, foi concedido à Câmara Municipal de Guimarães o edifício e parte da cerca do extinto Convento de S. Domingos, para estabelecimento dos Paços do Concelho, Tribunal Judicial e mais repartições públicas. Todavia, por Carta de Lei de 27 de Dezembro de 1870, foi aprovada a finalidade que a Câmara Municipal deu ao terreno onde outrora tinha sido a cerca: a construção de um mercado público. Sucede que, apesar da existência da referida Carta de Lei que comprova que o referido imóvel é do Município, esta não constitui título bastante para efeitos do respectivo registo predial, por não fazer menção às respectivas áreas. No entanto, o referido prédio tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 100 anos, têm estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por

forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do identificado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título bastante que lhe permita efectuar o respectivo registo na competente Conservatória do Registo Predial.” -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA,** tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se o Vereador André Coelho Lima. -----

**OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL - CALDELAS PARA CENTRO ESCOLAR – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Abril de 2010, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação prestada pelo Director do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2010 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de 1.000.000€ destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.1.2.62. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “**Sociedade de Construções Guimar, S.A.**” conforme proposta pelo júri do procedimento, em 07/04/2010, pelo preço de €1.493.594,54 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos:  
**Ano de 2010** – €915.213,97 + IVA = €960.974,67; **Ano de**



**2011 - €578.380,57 + IVA = €607.299,60. DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

**OBRAS PÚBLICAS – “RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL – CALDELAS, PARA CENTRO ESCOLAR” – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, bem como a correspondente minuta do contrato, também em anexo. O Relatório Final propõe que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente **“Sociedade de Construções Guimar, SA”**, pelo preço de **€1.493.594,54€ + IVA** (um milhão quatrocentos e noventa e três mil quinhentos e noventa e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 300 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, do art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O Relatório Final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EMPRÉSTIMOS – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE €17.000.000,00 –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de Março de 2010, que concordou com a seguinte informação da Directora do Departamento Financeiro: “Atendendo aos constrangimentos financeiros que afectam a generalidade da administração pública portuguesa, verifica-se a necessidade de recurso ao financiamento bancário para fazer face aos

investimentos consignados no Plano Plurianual de Investimentos, com natural destaque para aqueles que beneficiam de apoios do QREN. Para tal, foi solicitado à Direcção-Geral das Autarquias Locais informação sobre o excepcionamento aos limites legais de endividamento nos termos do nº 6, do art. 39º da Lei das Finanças Locais. Em resposta a esta solicitação, recebemos, no passado dia 15 de Março, ofício do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento comunicando o excepcionamento de alguns dos financiamentos previstos, tendo a Câmara Municipal recorrido daquela decisão, na tentativa, que consideramos inteiramente justificada, de alargar aquele excepcionamento aos investimentos a realizar em sede da Capital Europeia da Cultura. Não poderemos, porém, é aguardar a posição daquela instância governamental, sob pena de comprometermos seriamente o calendário de execução daqueles investimentos, com possíveis reflexos negativos na capacidade de obtenção de financiamento comunitário. Deste modo, entendemos que ficaram reunidas as condições possíveis de avaliação política para a ponderação deste processo por parte do Órgão Executivo. Tal decisão é, nos termos do art.º 38.º da Lei das Finanças Locais, conjugado com a al. d) do n.º 2 do art.º 53.º e da al. a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da competência do Órgão Executivo, por delegação de competências da assembleia municipal, conforme sua deliberação de 22 de Dezembro. Contudo, atendendo à data de comunicação (15 de Março), não foi possível agendar o assunto para a reunião de Câmara de 18 de Março. Considerando a urgência na obtenção destes financiamentos, justificada pela imperiosa necessidade de salvaguardar a capacidade de obter participações comunitárias em sede do



QREN para os investimentos identificados, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento, nos termos a seguir apresentados, devendo a respectiva decisão ser ratificada pelo órgão executivo na próxima reunião, de acordo com o disposto no nº 3, do art. 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Conforme orientações recebidas do Vereador Dr. Domingos Bragança, as condições pretendidas são as seguintes:

NATUREZA DO EMPRÉSTIMO: Abertura de crédito; MONTANTE: €17.000.000,00; FINALIDADE: Financiar despesas de investimento no âmbito do plano plurianual de investimentos, concretamente os seguintes projectos: Plataforma de Artes; Laboratório da Paisagem; Centro Escolar de Infantas; Arranjo Urbanístico do Largo do Carmo; Recuperação Geral das Instalações da Escola Básica de João de Meira; Instituto de Design/Agenda de Design; Centro Avançado de Formação Pós-Graduada; Centro Escolar de Candoso S. Martinho; Centro Escolar de Urgezes; Centro Escolar do Barreiro/Pevidém; Requalificação da Escola de Oliveira do Castelo; Centro Escolar de Pinheiral/Caldelas; Centro Escolar de Ponte; Ampliação da EB1 e Jardim-de-Infância de Guardizela;

PRAZO GLOBAL: 20 anos; PRAZO DE AMORTIZAÇÃO: 18 anos; PRAZO DE UTILIZAÇÃO E CARÊNCIA DE CAPITAL: 2 anos; PRESTAÇÕES: Amortizações de capital constantes + juros s/ capital em dívida; PAGAMENTOS: Semestrais; TAXA DE JURO: (cenário 1) Indexada à "Euribor", com alternativa de outra indexante sem quaisquer custos e com a garantia e indicação do limite superior da taxa de juro; (cenário 2) Taxa Fixa; AMORTIZAÇÃO: Possibilidade de amortização do empréstimo total ou parcial, antes do prazo, sem quaisquer custos; INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS A CONSULTAR: Caixa Geral de Depósitos, S.A.; Banco

Comercial Português, S.A.; Banco Santander Totta, S.A.; Banco Português de Investimento, S.A.; Banco Espírito Santo, S.A.; Banco Bilbao Viscaya Argentária, S.A.; Dexia Sabadell, S.A.; Banif Banco Internacional do Funchal, S.A. Assim, deverá ser submetida ao órgão executivo a ratificação da decisão de contratação do identificado empréstimo. O relatório Final de análise das propostas e sua adjudicação deverá igualmente ser submetido ao órgão executivo, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal. À consideração superior.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EMPRÉSTIMOS – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE €17.000.000,00 – RELATÓRIO FINAL E MINUTA DO CONTRATO** – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao procedimento identificado em epígrafe, em anexo, bem como a correspondente minuta do contrato, também em anexo. O Relatório Final propõe a adjudicação ao concorrente “Banco Comercial Português S.A.” O Relatório Final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PATRIMÓNIO – DESAFECTAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 67 M2, SITUADA NA TRAVESSA DA MIMOSA, FREGUESIA DE LORDELO – PROCº. 40/27/88** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Sr. Manuel Ferreira Lopes, residente na Travessa da Mimosa, nº 8, da freguesia de Lordelo, veio solicitar à Câmara Municipal informação sobre a possibilidade de lhe ser vendida uma parcela de terreno do domínio público, com a área de 67,00m², que se destinava a implantação de arruamento, cedida no âmbito



do Alvará de Loteamento n.º 2/88. Após análise urbanística pelo Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, verificou-se não haver inconveniente na alienação da parcela em causa. Assim, foi decidido superiormente proceder à instrução do processo que permitisse a sua posterior venda, visto que não existe, desde há largos anos, nem se prevê, qualquer utilidade ou função para o terreno. Uma vez que o requerente mantinha o interesse na aquisição do terreno, conforme informou pessoalmente, foi solicitado aos serviços competentes a instrução do processo tendente à concretização da alteração do mencionado Alvará de Loteamento. Considerando que a alteração ao loteamento está em condições de prosseguir, torna-se necessário proceder à desafecção do domínio público da referida parcela de terreno, que a seguir se identifica: parcela de terreno com a área de 67,00m<sup>2</sup>, sita na Travessa da Mimosa, freguesia de Lordelo, a confrontar do Norte e Nascente com terreno do domínio público, do Sul e Poente com Manuel Ferreira Lopes. Assim, nos termos da alínea a), n.º 6, do artigo 64º, da Lei nº. 169/99, de 18/9, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11/1, conjugada com a alínea b) do n.º 4, do artigo 53, do mesmo diploma legal, compete à Câmara Municipal submeter a aprovação da Assembleia Municipal a proposta de desafecção da parcela atrás indicada. Após publicação dos editais, nos termos da lei, e em caso da inexistência de qualquer reclamação, poderá desde já a Câmara autorizar a venda da parcela de terreno ao requerente acima identificado, sendo o valor de venda no montante de €1.830,00, de acordo com simulação do valor patrimonial tributário, disponível no sítio das Finanças. À consideração superior".

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO PARA A OBRA DE REFORMULAÇÃO DE ACESSIBILIDADES NO MONTE LARGO, FREGUESIA DE AZURÉM – PROCº. 40/13/2009** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães estabeleceu contacto com os proprietários das parcelas “A” e “B”, necessárias à obra acima indicada, tendo-se obtido colaboração dos mesmos para a respectiva negociação amigável. Depois de avaliados os terrenos por perito da lista oficial, verificou-se a aceitação dos montantes indemnizatórios propostos pelo Município, pelo que pode ser submetido a deliberação camarária adquirir as seguintes parcelas de terreno, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações: 1 - Parcela “A”, com a área de 6,70m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 56.348, e do inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 1155-A, a confrontar do norte com arruamento público, do sul com o próprio, do nascente com Américo Silva Soares e do poente com área comum do prédio, pelo preço de €683,96, propriedade de José Manuel Freitas Vila Nova Guimarães, residente na Rua dos Mártires, nº 772 – 1º Esqº, freguesia de Azurém, deste concelho; 2 - Parcela “B” com a área de 70,00 m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1515/Azurém e do inscrito na matriz urbana sob o artigo 824, a confrontar do norte e do nascente com arruamento público, do sul com o próprio e do poente com José Manuel Freitas Vila Nova Guimarães, pelo preço de €7.145,85, pertencente a Américo Silva Soares, residente na Rua dos Mártires, nº 170, da mencionada freguesia de Azurém. À consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----





**PATRIMÓNIO – INDEMNIZAÇÃO AUTÓNOMA AO INQUILINO DO EDIFÍCIO DESTINADO AO LABORATÓRIO DA PAISAGEM, FREGUESIA DE CREIXOMIL – PROCº. 40/28/2009** - Presente

a seguinte informação da Divisão de Património Municipal:” Na sequência dos contactos efectuados com a Torcatáxis, Lda., inquilina do edifício acima mencionado, a Câmara Municipal notificou aquela para indicar a data em que estaria disponível para abandonar o local, atendendo a que a mesma já tinha informado o Município, por escrito, da sua aceitação relativamente ao valor indemnizatório proposto pela Autarquia. Esse valor teve por base relatório elaborado por perito da lista oficial. Em resposta à notificação, aquela empresa informou que a partir de 1 de Agosto de 2010 o local ficará livre de pessoas e bens. Assim, poderá ser superiormente decidido submeter a deliberação camarária, o pagamento de uma indemnização à empresa “Torcatáxis, Ld.<sup>a</sup>”, com sede em S. Mamede, freguesia de Aldão, deste concelho, pela cessação do contrato de arrendamento e consequente abandono do local até ao dia 1 de Agosto do corrente ano, no valor de 102.200,00€ (cento e dois mil e duzentos euros), nos termos do disposto no nº 1, do artigo 30º, do Código das Expropriações. À consideração superior.” O prédio situa-se no Lugar da Ponte Velha, freguesia de Creixomil, está descrito na Conservatória do registo Predial sob o nº 2151/Creixomil e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 686. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**PATRIMÓNIO – PERMUTA DE TERRENOS EM SANDE VILA NOVA – PROCº. 40/36/85** - Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Decorrente da conclusão das obras de infra estruturação do loteamento situado no lugar da Ponte Velha, da freguesia de Sande Vila Nova, titulado pelo Alvará nº 42/94, o Município ficou em condições de dar cumprimento à

deliberação de Câmara tomada em reunião de 24 de Julho de 1989 que aprovou a entrega ao Sr. Manuel de Lemos de 10 lotes aprovados e infraestruturados, propriedade do Município, por permuta com uma parcela de terreno, com a área de 1.960,00 m2, de pertença daquele, necessária à criação de um Parque Industrial em Sande Vila Nova. Naquela deliberação ficou estabelecido que a permuta seria de igual valor, no montante de 6.000.000\$00 (seis milhões de escudos), actualmente correspondente a €29.927,87 (vinte e nove mil novecentos e vinte e sete euros e oitenta e sete cêntimos). Posteriormente, por deliberação de 28 Dezembro de 1995, foi definido que os 10 lotes a entregar seriam os lotes 8 a 10 e 15 a 21, do loteamento acima indicado. Aos mencionados lotes de terreno foi atribuído o valor patrimonial total de €131.990,00. Assim, deverá ser submetido a aprovação da Câmara a alteração daquela deliberação de 24 de Julho de 1989, no sentido de identificar os prédios a permutar, considerando que só agora, passados mais de 20 anos, o Município está em condições de concretizar a transmissão dos imóveis ali aprovada. O terreno do Sr. Manuel de Lemos encontra-se descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 15/19850114, está omissa na matriz rústica da freguesia de Sande Vila Nova mas a ela participado em 4 de Agosto de 2009, e os prédios do Município encontram-se identificados conforme a seguir discriminado: -----

<b>Lote</b>	<b>Área</b>	<b>1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães</b>	<b>Matriz Urbana</b>
8	96,75m2	324/19940608	Artigo 618
9	88,20m2	325/19940608	Artigo 619
10	88,20m2	326/19940608	Artigo 621
15	122,00m2	331/19940608	Artigo 623
16	143,50m2	332/19940608	Artigo 624
17	143,50m2	333/19940608	Artigo 625
18	143,50m2	334/19940608	Artigo 626
19	143,50m2	335/19940608	Artigo 630



(Continuação)

Lote	Área	1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães	Matriz Urbana
20	143,50m2	336/19940608	Artigo 631
21	137,76m2	337/19940608	Artigo 632

À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES (CIAC) E O CENTRO DE ARBITRAGEM DE CONFLITOS DO VALE DO AVE / TRIBUNAL ARBITRAL** – Presente a seguinte proposta: "O

volume de trabalho com que o CIAC (Centro de Informação de Apoio ao Consumidor) se depara nos últimos anos, o qual regista ainda uma tendência para aumentar, conjugado com o facto de aquele serviço ser procurado por consumidores cada vez mais exigentes em matéria de rapidez e eficiência na resolução dos seus conflitos de consumo, impunha a implementação de medidas que assegurassem a continuidade do bom serviço que o CIAC tem vindo a prestar à população nos últimos 21 anos. De facto: Apesar de a localização geográfica ser excelente, o espaço físico já não tem capacidade para fazer um atendimento com qualidade: a dimensão da sala e o facto de, quase sempre, existirem dois atendimentos simultâneos, impede a discrição que por vezes é necessária à correcta explanação da situação de conflito. Por outro lado, em virtude das obras previstas para o antigo Mercado Municipal, a deslocalização do CIAC era inevitável; Todo o trabalho desenvolvido pelo CIAC – o trabalho administrativo, atendimento, pesquisa de informação para responder ao pedidos de informação, trabalho de mediação (atendimento e descrição de toda a situação objecto da reclamação, análise dos seus fundamentos e fundamentação jurídica), redacção de ofícios e acompanhamento de todo o processo até à sua integral conclusão – é assumido por apenas duas funcionárias, pelo que o tempo de conclusão de um

processo é, em média, de 3 meses. Para além das cerca de 300 reclamações anuais, sem dúvida mais trabalhosas, o CIAC regista cerca de 3.500 pedidos de informação por ano, o que implica que as funcionárias devam estar suficientemente informadas sobre nova legislação de consumo ou assuntos diversos da actualidade e interesse para o consumidor, o que, com o volume de trabalho actual, se vem revelando difícil. Ora o CIAC tem mantido uma colaboração estreita com o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Vale do Ave / Tribunal Arbitral, até porque dele depende todo o apoio jurídico necessário e porque uma percentagem significativa dos processos que não se resolvem através da mediação CIAC são para lá encaminhados. Tais processos são algumas vezes objecto de nova mediação nesta instância, atendendo a que um Tribunal, ainda que arbitral, suscita outra disponibilidade por parte dos diferentes agentes económicos. Com este esquema de funcionamento, um processo pode demorar vários meses até à conclusão, para além de que se repetem, no Centro de Arbitragem, muitas das diligências encetadas anteriormente pelo CIAC. Deste modo, assumir por inteiro a complementaridade de funções entre o CIAC e o Centro de Arbitragem seria garantidamente a possibilidade mais vantajosa para os utentes, solucionando, por outro lado, os constrangimentos que actualmente se verificam no CIAC. Assim, proponho a aprovação da minuta de protocolo anexa, a celebrar entre o Município de Guimarães e o Centro de Arbitragem de Conflitos do Vale do Ave / Tribunal Arbitral". A minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Guimarães e o Centro de Arbitragem de Conflitos do Vale do Ave/Tribunal Arbitral dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de



actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROCOLOS – ORQUESTRA DO NORTE – PROCOLO COM A ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL** – Presente a seguinte

proposta: “Com o intuito de assegurar as condições indispensáveis à continuidade da acção de divulgação da música erudita que a Associação Norte Cultural / Orquestra do Norte vem assegurando, proponho a aprovação do protocolo anexo, prevendo o pagamento, à referida associação, do montante de €42.000,00 (quarenta e dois mil euros), tendo como contrapartida a realização, nos termos constantes do referido protocolo, de oito concertos gerais e de oito concertos pedagógicos”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04. 07.01. A minut do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROCOLOS – PROCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL 2010** – Presente a seguinte proposta: “No

seguimento da política definida pela Câmara Municipal de Guimarães no que concerne ao incentivo e ao apoio à formação, criação, produção e divulgação cultural nas diferentes áreas, propõe-se a atribuição de subsídios e o estabelecimento de protocolos de colaboração, no montante total de €52.150,00 (cinquenta e um mil e cinquenta euros), de acordo com a seguinte distribuição por áreas de intervenção: Bandas Musicais – €10.000,00; Grupo Folclóricos – €16.400,00; Grupos de Teatro Amador – €8.000,00; Grupos Corais Associativos – €4.800,00; Grupos de Musica Popular – €3.200,00; Academia de Música Valentim Moreira de Sá – €2.000,00; Associação Artístico Musical de Brito – €1.000,00; Escolas de Música – €6.750,00. Total – €52.150,00 (cinquenta e um mil e cinquenta euros). Mediante a

aprovação da presente proposta, serão assinados com os diversos agrupamentos protocolos de colaboração de acordo com as minutas anexas". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. As minutas dos protocolos a celebrar dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO E LOCAL – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2010**

– Presente a seguinte proposta: "As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recriações de manifestações sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura que contribuem sobremaneira para a preservação da nossa identidade e memória colectivas. Pela sua inestimável relevância cultural e turística proponho a atribuição dos seguintes subsídios, totalizando €99.000,00 (noventa e nove mil euros): **1 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO** – Marcha Gualteriana (Associação Recreativa da Marcha Gualteriana) – €75.000,00; Festas das Taipas – S. Pedro (Comissão Organizadora) €6.800,00; Festas de Pevidém (S. Jorge) (Ass. de Festas de S. Jorge - Pevidém) - €3.000,00; Festas de S. João (Covas) (ARCOV - Ass. Rec. Cultural e Desportiva) – €1.800,00; Festas Nicolinas (Comissão de Festas Nicolinas) – €2.500,00; Danças de S. Nicolau (Ass. dos Antigos Alunos do Liceu Guimarães) – €1.500,00; Festas das Cruzes (Serzedelo) (Comissão Organizadora) – €1.000,00; Romaria Grande – S. Torcato (Irmandade S. Torcato) – €800,00; Linhal da Corredoura (Grupo Folclórico da Corredoura) – €600,00. **2 - FESTAS DE INTERESSE LOCAL** – Festas de S. Cristóvão (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas do Dia do Caixeiro (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas de Santo António



(Cruz de Pedra) (Comissão Organizadora) – €600,00; Festa do Agricultor (Casa do Povo de Fermentões) – €600,00; Festas de S. João de Calvos (Lordelo) (Comissão de Festas) – €600,00; Festa de Carnaval de Ponta do Campo (Pevidém) (Com. Organizadora) – €600,00; Festas de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Ajuda (Moreira Cónegos) (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas de S. Sebastião – (Serzedo) (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas de S. Tiago (Lordelo) (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas de Nossa Senhora da Luz (Creixomil) (Comissão Organizadora) – €600,00 – **Total – €99.000,00** (noventa e nove mil euros). Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efectuados após prova documental, por parte das entidades beneficiadas, da respectiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias). No caso de comissões de festas e organizadoras constituídas ad-hoc, não dispondo, portanto, de constituição pública, o subsídio deve ser requerido pela Junta de Freguesia onde se realiza o evento, com menção expressa do mesmo, com excepção do subsídio atribuído à Comissão de Festas Nicolinas, que poderá ser requerido, mediante acordo prévio daquela Comissão de Festas, pela Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães/Velhos Nicolinos. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5,000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social, sem a qual o pagamento não poderá ser efectuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL – PROGRAMA** – Presente a seguinte proposta: “Com o objectivo de dar continuidade à celebração do evento fundador da democracia portuguesa, propõe-se a realização do seguinte programa comemorativo: Dia 23, Sexta - 21h30 – Concerto pela Orquestra do Norte - Paço dos Duques de Bragança; Dia 24, sábado - 22h00 – “ 20 Canções para Zeca Afonso – A Música e as palavras de Zeca Afonso” - Direcção artística de Rafael Fraga e João Paulo Esteves da Silva - Centro Cultural Vila Flor – Grande Auditório; Dia 25, domingo – 10h00 – Actuação do Grupo Coral do Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos na Sessão Solene da Assembleia Municipal – Centro Cultural Vila Flor – Pequeno Auditório; 11h00 – Concerto com Banda Musical de Caldas das Taipas - Jardim da Alameda; 16h00 – Espectáculo de Folclore: Grupo Folclórico da Corredoura; Grupo Folclórico de Souto S. Salvador – Largo da Oliveira. A realização deste programa implica a realização de trabalho extraordinário. Este programa, promovido pela Autarquia, completa-se com um conjunto de actividades desportivas de iniciativa da Tempo Livre, que aqui se referem, a título informativo: Actividades Desportivas - Projecto: Torneios Desportivos do 25 de Abril – Actividades: Futebol (jovem e veteranos), Gira-Volei, Mini-Basquetebol, Mini-Andebol, Atletismo, Natação, BTT, Mini-Râguebi, Xadrez e Judo - Locais: Pavilhões Municipais, Piscina, Museu Alberto Sampaio e Pista de Atletismo Gémeos Castro. Dia 25 de Abril (sábado) - Hora: a partir das 9h00 – Finais dos torneios - Hora: a partir das 11h00 – Entrega de prémios - Local: Pavilhão de Creixomil ou Multiusos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – ENCONTROS ALCULTUR 2010** – Presente a seguinte proposta: “Os “Encontros AlCultur Zaragoza 2010”,





promovidos e organizados pela CultIdeias com o apoio do Ayuntamiento de Zaragoza, terão lugar entre 19 e 22 de Maio de 2010, naquela cidade espanhola. Trata-se de um evento que já vai na 6ª edição e que procura proporcionar espaços de encontro, reflexão e debate sobre temáticas da cultura, da educação e do desenvolvimento local reunindo, entre outros, profissionais e organizações culturais, dirigentes e técnicos da administração pública central e local, criadores e artistas, académicos, investigadores e cientistas sociais, movimento associativo cultural, bem como, empresas, produtores e promotores culturais, sendo reconhecidos pelo Ministério da Cultura como tendo "Superior Interesse Cultural". Os "Encontros AlCultur Zaragoza 2010" têm nesta edição como tema estruturante a "Desenvolvimento Cultural Transfronteiriço: Mobilidade Territorial e Redes para a Cooperação", organizando-se em conferências, painéis e mesas temáticas, encontros entre responsáveis ibéricos municipais da cultura e 4 "showcases" por artistas ibéricos. Atendendo aos custos envolvidos na organização da iniciativa, são vários os Municípios "Alcultur" que participam anualmente no seu financiamento, cabendo ao município anfitrião uma comparticipação financeira e logística mais substancial. Assim, atendendo ao interesse desta iniciativa, que a Câmara Municipal de Guimarães vem apoiando desde a primeira edição, dando continuidade à excelente relação que temos tido com a Cultideias, e procurando consolidar a condição de Guimarães como cidade AlCultur, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição, à Cultideias, de um apoio de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), acrescido de IVA, destinado a comparticipar nos custos de organização dos

Encontros Alcultur Zaragoza 2010. Em contrapartida, a organização cederá ao Município um espaço na área expositiva associada aos Encontros, que destinaríamos à divulgação de Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 07 DE JANEIRO DE 2010 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA COLOCAÇÃO DE VIGILANTES EM TRANSPORTE ESCOLAR – ANO CIVIL DE 2010** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “ Em reunião de Câmara de 07/01/2010 foi deliberado atribuir ao Agrupamento de Escolas Prof. Abel Salazar uma verba mensal no valor de €200,00 destinada a assegurar a colocação de um vigilante para acompanhamento de 16 alunos da EB1 Entre Latas/Figueiredo, integrados na EB1 Barreiro/Leitões. Atendendo a que até Dezembro de 2009 a colocação do vigilante era assegurada pela Freguesia de Figueiredo, que a mesma manifestou disponibilidade em continuar a colaborar com a Autarquia, e não havendo da parte do Agrupamento de Escolas qualquer inconveniente em que assim seja, propõe-se que a partir de 1 de Abril as verbas passem a ser transferidas para a Freguesia de Figueiredo, devendo, para o efeito, proceder-se à rectificação da deliberação de Câmara de 07/01/2010. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a



constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CASFIG, EEM – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DE GUIMARÃES, EEM – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE 4 HABITAÇÕES –**

Presente um ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, EEM, remetendo, para aprovação, uma proposta para atribuição de 4 habitações, aprovada em reunião ordinária do respectivo Conselho de Administração realizada no passado dia 25 de Março. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CASFIG, EEM – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DE GUIMARÃES, EEM – PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE MONTE S. PEDRO –**

Presente um ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, EEM, remetendo, para aprovação, uma proposta de realização de contrato de gestão para realização de obras na Sede da Associação Recreativa e Cultural de Monte S. Pedro, aprovada em reunião ordinária do respectivo Conselho de Administração

realizada no passado dia 25 de Março. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 02 e na unidade económica 05.01.01.01. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. . **DELIBERADO**

**APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO**

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência da informação prestada pela Chefe da Divisão de Biblioteca e Documentação relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de postos de trabalho na Divisão de Biblioteca e Documentação (4 Assistentes Técnicos – área de Biblioteca e Documentação e 1 Assistente Técnico), cumpre-me informar o seguinte: - Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009; - Após análise do presente pedido em consonância com os pedidos de outras unidades orgânicas, proponho apenas a abertura do procedimento concursal para preenchimento dos seguintes postos de trabalho: **4 Assistentes Técnicos** (área de Biblioteca e Documentação), como **necessidade permanente**: - Existe verba orçamental disponível; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DBAD/DA** – Presente a seguinte proposta do Vereador José



Augusto Araújo: "A Chefe de Divisão de Arquivo, Dr.<sup>a</sup> Teresa Malheiro, solicitou a cessação da sua comissão de serviço do cargo dirigente. 2. Atendendo aos motivos alegados a solicitada cessação de comissão de serviço mereceu concordância e produziu efeitos a partir do dia 4 de Fevereiro de 2010, por despacho do Presidente da Câmara, datado da mesma data. 3. Considerando que é fundamental e indispensável assegurar a direcção da referida Divisão de forma a dar continuidade às respectivas atribuições, deverá ser aberto procedimento concursal para provimento do cargo dirigente de Chefe de Divisão de Arquivo. 4. Assim, nos termos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, submeto a deliberação da Câmara Municipal abertura do referido procedimento concursal."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRÂNSITO – CRIAÇÃO DE NOVAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA** – Presente a

seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Considerando a necessidade de adequar a oferta de estacionamento à crescente procura, garantindo a rotatividade do mesmo por pequenos períodos de tempo; Considerando o congestionamento de trânsito decorrente do estacionamento abusivo, designadamente em segunda fila, e as suas repercussões na fluidez de trânsito; Considerando a expansão das zonas comerciais no interior da Cidade; Considerando a requalificação de espaços previstas para o biénio 2010-2011; Propõe-se à Câmara a criação de novas zonas de estacionamento de duração limitada nos seguintes arruamentos: 1 - Rua Teixeira Pascoais, no troço assinalado na planta anexa, com limite máximo horário de 2 horas e a taxa horária de €0,40/h; 2 - Avenida S. Gonçalo, no troço assinalado na planta anexa, com limite máximo horário de 2 horas

e a taxa horária de €0,40/h; 3 - Rua Dr. Bento Cardoso, com limite máximo horário de 2 horas e a taxa horária de €0,55/h; 4 - Rua da Liberdade, com limite máximo horário de 2 horas e a taxa horária de €0,55/h; 5 - Rua do Mercado Municipal, incluindo a futura ligação à Rua Pró. Abel Salazar, com limite máximo horário de 2 horas e a taxa horária de €0,55/h; 6 - Largo do Trovador, com limite máximo horário de 2 horas e a taxa horária de €0,55/h; 7 - Rua da Ramada e Rua Camilo Castelo Branco (CampUrbis), com limite máximo horário de 2 horas e a taxa horária de €0,40/h". A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE S. TORCATO** – Presente uma proposta de aditamento e rectificação à toponímia da freguesia de S. Torcato, que mereceu aprovação por parte da respectiva Assembleia de Freguesia. A planta e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

**TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de Março de 2010, que disponibilizou à Junta de Freguesia de Souto Santa Maria o transporte, em autocarro, dos alunos do jardim-de-infância ao Museu Alberto Sampaio, no passado dia 19 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 31 de Março de 2010, que disponibilizou, ao Clube Desportivo Xico Andebol, o



transporte, em autocarro, da equipa MMTS Kwidzyn da Polónia, do Aeroporto para Guimarães e vice-versa, nos passados dias 2 e 5 de Abril. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente:

“O Agrupamento de Escolas de Pevidém solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1 de Pevidém à Quinta das Manas, nos próximos dias 20, 28, 29 de Abril e 3 de Maio. Considerando que se trata de actividades de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIRGÍNIA MOURA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Virgínia Moura solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1/JI Agras – Gandarela a Moreira de Cónegos, no próximo dia 11 de Maio. Considerando que se tratam de deslocações que visam a participação dos alunos em actividades denominadas pelo “Dia do Agrupamento” e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANDE S. MARTINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a

seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: " O Centro Social e Paroquial de Sande São Martinho solicitou a colaboração do Município, através da cedência de dois autocarros para efectuar o transporte de 62 crianças que frequentam a instituição, no dia 8 de Junho ao Chiqui Park. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse para as crianças, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE S. LOURENÇO – REAQUALIFICAÇÃO DO LOGRADOURO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA –**

Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Sande S. Lourenço possui duas viaturas de nove lugares que servem a população, bem como diversas associações de cariz educativo e cultural. No âmbito da requalificação da EB 1, o Jardim-de-Infância passou a funcionar nessas mesmas instalações, deixando as referidas viaturas de serem utilizadas diariamente, encontrando-se estacionadas na via pública, em frente ao edifício sede da Junta de Freguesia e sujeitas a actos de vandalismos. A Junta de Freguesia de Sande S. Lourenço pretende levar a cabo a execução de obras de requalificação do logradouro do edifício sede da Junta de Freguesia, o que entendemos de todo o interesse pelo ordenamento de espaço, bem como pela segurança das viaturas. Os serviços do Departamento de Obras Municipais efectuou a medição dos trabalhos a executar, cujo orçamento se estima em €6.106,36. Assim, e pelos motivos expostos, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição, à Junta de Freguesia de Sande S. Lourenço, de um subsidio no valor de





€6.000,00 (seis mil euros) para a execução da obra”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO – CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – REFORÇO DE VERBA** – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 23 de Abril de 2009 a Câmara Municipal atribuiu à Junta de Freguesia de Prazins Sto. Tirso para execução da obra de “Construção da Capela Mortuária ” um subsidio de €8.821,04. Como a obra executada ultrapassou em muito o valor concedido à Junta de Freguesia de Prazins Sto. Tirso foi atribuído aquela autarquia em reunião de Câmara de 23/07/2009 um reforço de verba no montante de €94.257,08, tendo nessa data sido celebrado o primeiro aditamento ao protocolo de delegação de competências. A Junta de freguesia de Prazins Sto. Tirso veio informar este Município que as obras já se encontram concluídas mas ainda falta bastante dinheiro para pagar ao empreiteiro que, devido à crise actual, também se debate com dificuldades financeiras. O Departamento de Obras Municipais informa que o montante da obra executada atinge a importância de 134.506,31 e que mesmo tendo em conta o valor já concedido à Junta este ainda é inferior em 31.428,19 em relação ao valor dos trabalhos realizados. Assim, proponho que seja atribuída à Junta de Prazins Sto. Tirso um reforço de verba no montante de €31.428,29 de modo a que a Junta de Freguesia possa liquidar o valor em falta, desta obra protocolada. A referida importância será paga mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos efectuados pelo Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CALVOS –  
CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – REFORÇO DE**

**VERBA** – Presente a seguinte proposta: “ A Junta de Freguesia de Calvos executou a obra de “Construção da Capela Mortuária” cujo trabalhos foram medidos pelo Departamento de Obras Municipais, estimando-se o seu valor em €157.500,00 com IVA incluído. A Câmara Municipal de Guimarães tem apoiado a Junta concedendo-lhe por deliberação de câmara de 23/04/09 e 23/07/09 as verbas, respectivamente, de €8.435,65 e €64.666,00. Em face do valor total da obra a Junta de Freguesia de Calvos vem solicitar à Câmara um reforço de verba uma vez que ainda se encontra em dívida para com o empreiteiro. Dado tratar-se de uma obra considerada prioritária para a freguesia, proponho a atribuição de um subsídio no montante de €84.000,00 o qual liquidará o valor em falta para completar o pagamento integral da obra.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – UCCLA – UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE  
LÍNGUA PORTUGUESA** – Presente a seguinte proposta: “A

UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), de que o nosso Município é membro efectivo, desenvolveu uma operação de ajuda de emergência à Cidade da Praia, na República de Cabo Verde, no âmbito da epidemia de dengue que continua a grassar naquele País. Terminada a fase de auxílio urgente, a UCCLA vai dar início a uma segunda fase que visa a formação e informação da população no combate e prevenção da doença que será levada a cabo durante o primeiro semestre de 2010 e que incluirá também fornecimento aos Municípios cabo-verdianos de material de limpeza urbana. O orçamento global desta operação eleva-se a



€60 000 (sessenta mil euros). Considerando a importância da partilha entre todos os Municípios membros da UCCLA dos encargos com esta operação, proponho que a contribuição do Município de Guimarães seja de €4000,00 (quatro mil euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 33 a 35 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – PARLAMENTO JOVEM EUROPEU – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO** – Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 13 de Abril decorrerá em Guimarães a sessão do ano

corrente do "Parlamento Jovem Europeu", associação constituída pelas cidades de Guimarães, Igualada, Tacoronte, Kaisalautern, e Compiègne. Nos termos dos estatutos e do regulamento interno da associação compete ao Município anfitrião, a atribuição do prémio referente à edição de cada ano. Para a sua concretização, proponho que seja votado o valor de €1 000,00 (mil euros) como prémio a atribuir, de acordo com a verba considerada no plano e orçamento do corrente ano". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 33 a 35 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". -----

**SUBSÍDIOS – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL** – Presente a



seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: " A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município, através da cedência de uma carrinha de 9 lugares da frota municipal, para nos dias 6,7,8,9,12,13,14,15 e 16 de Abril, dar apoio à valência do Banco Social – distribuição de cabazes. Considerando que a frota municipal possui escala diária de apoio aos vários sectores da Câmara Municipal, e o número de veículos disponível relativamente aos pedidos dos vários departamentos ser manifestamente deficitário, não é possível atender a pretensão, pelo que se submete à aprovação do Executivo Camarário a atribuição de um subsídio no valor de €675,00 ( $€75,00 \times 9 = €675,00$ )."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 33 a 35 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de

auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO – FESTA DAS VIVÊNCIAS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Brito solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa das Vivências, realizada no passado mês de Julho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Brito, de um subsídio no valor de €272,38 (duzentos e setenta e dois euros e trinta e oito cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa das Vivências. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LONGOS – FESTA DE SANTA MARTA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Longos solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Santa Marta, realizada no passado mês de Julho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Longos, de um subsídio no valor de €24,42 (vinte e quatro euros e quarenta e dois cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Santa Marta. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Urgezès solicitando um apoio destinado a



custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, realizada no passado mês de Dezembro. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Urgezes, de um subsídio no valor de €119,16 (cento e dezanove euros e dezasseis cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Natal. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES – FESTA EM HONRA DO PADROEIRO SANTO ESTEVÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Urgezes solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da em Honra do Padroeiro Santo Estevão, realizada no passado dia 26 de Dezembro. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Urgezes, de um subsídio no valor de €78,83 (setenta e oito euros e oitenta e três cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra do Padroeiro Santo Estevão. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – FESTA EM HONRA DA NOSSA SENHORA DA BOA MORTE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora da Boa Morte, realizada entre os passados dias 15

e 21 de Março. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €155,83 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas em Honra da Nossa Senhora da Boa Morte, num máximo de €77,92 (setenta e sete euros e noventa e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GOMINHÃES – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO BOM DESPACHO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Despacho solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Bom Despacho, a realizar entre os próximos dias 9 e 11 de Abril. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €87,00 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Gominhães, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho, num máximo de €43,50 (quarenta e três euros e cinquenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, freguesia de





Barco, solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das referidas Festas, a realizar entre os próximos dias 16 e 18 de Abril. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €241,25, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Barco, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas em Honra da Nossa Senhora dos Remédios, num máximo de €120,63 (cento e vinte euros e sessenta e três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE TABUADELO – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Tabuadelo solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora de Fátima, a realizar nos próximos dias 15 e 16 de Maio. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €76,45, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Tabuadelo, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas em Honra da Nossa Senhora de Fátima, num máximo de €38,23 (trinta e oito euros e vinte e três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – ROMARIA DE NOSSA SENHORA DA MADRE-DE-DEUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Irmandade de

Nossa Senhora da Madre-de-Deus, freguesia de Azurém, solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Romaria de Nossa Senhora da Medre-de-Deus, a realizar entre os próximos dias 16 e 18 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €75,22, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Azurém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Romaria de Nossa Senhora da Madre-de-Deus, num máximo de €37,61 (trinta e sete euros e sessenta e um cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE NESPEREIRA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Nespereira, solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, a realizar entre os próximos dias 4 e 6 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €46,42, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Nespereira, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas em Honra da Nossa Senhora do Rosário, num máximo de €23,20 (vinte e três euros e vinte cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CÂMARA MUNICIPAL – RELATÓRIO E CONTAS DO**



**MUNICÍPIO DE GUIMARÃES RESPEITANTE AO ANO DE 2009 E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS** – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao **RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ANO DE 2009. DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Este executivo é convidado a apreciar o documento, Relatório e Contas relativos ao exercício de 2009 num contexto em que alguns de nós apenas iniciaram funções na Vereação em Novembro de 2009. Não obstante, feita a análise dos documentos podemos constatar que o Orçamento para 2009 sofreu uma alteração quanto ao orçamento de receitas e duzentas e quatro alterações quanto ao orçamento de despesas, quase uma alteração por dia. O Plano Plurianual de Investimentos sofreu cento e vinte e duas alterações. Porque razão serão necessárias tantas alterações? O passivo do Município de Guimarães em 31/12/2009 é de 114.068.332,25 €, o que para um universo de 162 572 habitantes podemos dizer que cada vimaranense deve 701,65 €. As taxas de execução orçamental da Despesa, na rubrica Despesas Correntes foi de 78,62 %, podendo este indicador significar alguma contenção nos custos, mas uma leitura atenta permite verificar que mais de **5 milhões de euros** não foram transferidos para a Associação de Municípios, porquê? Mais de **1,2 milhões** de euros de subsídios (na rubrica outras) não foram atribuídos. Face aos valores orçamentados houve uma efectiva redução de custos nas rubricas “Encargos de instalações” – 653 mil euros; Transportes – 756 mil euros e na rubrica “Outros serviços” – 494 mil euros. Nas Despesas de Capital assistimos a

uma taxa de execução inferior a 50%, mais concretamente 45,49%. Este indicador revela as dificuldades da governação socialista no ano de 2009 tendo investido **30,5 milhões** de euros quando se propunham no Orçamento aprovado pela sua maioria investir cerca de **67,1 milhões** de euros. No que diz respeito às receitas correntes, para uma previsão de 76,641 milhões de euros foram cobradas 69,987 milhões, uma taxa de execução de 91,32%, sendo de realçar a receita de impostos directos que ultrapassou o valor estimado com uma taxa de execução de 102,12%. Um valor em linha com as previsões do PSD quando afirmamos que em impostos directos não haveria diminuição da receita para os cofres do município e que por isso havia margem para os reduzir. Quanto aos impostos indirectos registamos o falhanço da previsão do executivo socialista quando em plena crise económica e financeira pretendia cobrar quase 5,5 milhões de euros relativos à emissão de licenças de construção. A taxa de execução nesta rubrica foi apenas de 19,95 %. Quanto às receitas de capital a taxa de execução foi de apenas 22,84% para uma previsão orçamental de 57,67 milhões de euros apenas foram cobrados 13,17 milhões, sendo de assinalar as rubricas do FEDER e PIDDAC com taxas de execução de 11,66 % e 1,05%. Estes valores permitem afirmar que se continuam a fazer estimativas (existe pouco rigor) em sede de orçamento de receitas de capital fora do contexto das acessibilidades aos Fundos Comunitários e ao Orçamento da Administração Central, permitindo prometer aos vimaranenses aquilo que objectivamente sabem que não vão poder executar. Mais grave seria constatar que o Estado não cumpre os compromissos para com o Município ou então existe falta de peso político capaz de exigir para Guimarães os investimentos que foram contemplados em Plano e Orçamento.



Regista-se que em 31/12/2009 o Município de empréstimos contraídos a médio/longo prazo deve ainda 60,207 milhões de euros a que será acrescido 17 milhões, hoje aprovados. Em 2009 foram pagos de juros relativos aos empréstimos obtidos 2,607 milhões; como é dito no relatório a descida das taxas de juro permitiu ao Município poupar em 2009 quase 700 mil euros o que de alguma forma permitiu compensar os encargos com o aumento dos apoios sociais. Se é verdade que em tempo de crise aumentou significativamente o número de famílias apoiadas pelo Município, também é verdade que a crise fez baixar as taxas de juro para valores nunca vistos e houve como que uma compensação quanto ao esforço financeiro realizado pelo Município, mas quando chegar a recuperação económica e a subida das taxas de juro, vai haver necessidade de continuar a apoiar as famílias com a consequente manutenção de encargos e os montantes financeiros a pagar relativos aos juros da dívida vão crescer consideravelmente, tudo isto a somar ao aumento inevitável das despesas correntes relativos à entrada em funcionamento dos novos equipamentos faz prever um futuro sombrio para os vimaranenses nos próximos anos. Fica claro neste Relatório que a maioria socialista continua a privilegiar as receitas, não tendo em consideração as dificuldades actuais das famílias vimaranenses, num contexto de crise económica generalizada e também fica claro que as obras que têm sido sucessivamente adiadas são as que mais interessam para promover a descentralização do investimento numa política justa para os cidadãos e de fomento da coesão do território. Por isso votamos **contra**". -----

**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO EM  
LIQUIDAÇÃO – RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE**

**GUIMARÃES EM LIQUIDAÇÃO RESPEITANTE AO ANO DE 2009** – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao **RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES, EM LIQUIDAÇÃO – ANO DE 2009. DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas onze horas e trinta minutos, no período estabelecido para intervenção do público, o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Manuel Mendes**, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local que confrontou o Presidente da Câmara com os motivos da luta dos funcionários, tentando sensibilizar a Câmara Municipal para que sejam repensados os salários dos trabalhadores da autarquia (opção gestionária). Solicitou, ainda, que houvesse um diálogo, pois foram retiradas as faixas que anunciavam o Plenário dos trabalhadores. Sobre esta intervenção, o **Presidente da Câmara** disse, em primeiro lugar, que as faixas só terão sido retiradas pela Câmara se tiverem sido colocadas ilegalmente, desconhecendo, contudo, o que se havia passado. Quanto à opção gestionária disse que tal não era um direito mas sim, tal como o nome indica, uma possibilidade, esclarecendo que, ao contrário do que se dizia, havia muitas Câmaras Municipais que não tinham usado a opção gestionária. Acrescentou, ainda, que entendia que este assunto devia ser dirimido através de discussão e diálogo saudável e não com acções de rua. Disse que iria fazer o levantamento exaustivo para verificar se, efectivamente, havia trabalhadores que estavam a ser



prejudicados. Lembrou, todavia, que esta opção havia sido aprovada por unanimidade nesta autarquia. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**